

coloridos livros didáticos que a ideologia oficial permite chegar às crianças e adolescentes (quando é possível a estes comprarem livros). Lições do tipo “perguntas e respostas” fragmentam então um tipo de conhecimento que só tem sentido quando apreendido em forma de processo.

A conseqüência mais grave desse quadro é a idéia, muito difundida, de que a História é matéria “fácil” e “decorativa”, em comparação com outras consideradas “difíceis” porque implicam raciocínio, como se a História não o exigisse. Não se percebe que a compreensão do processo histórico envolve raciocínio a partir de categorias teóricas e a níveis de abstração assaz profundos como os de todas as outras ciências. Por isso, a História não pode ser decorativa, como aliás nenhuma disciplina pode sê-lo, porque só se aprende aquilo sobre o que se raciocina: Não existe matéria decorativa. O que existe é o aluno que decora, e tendo adquirido esse hábito errado de estudar, pode usá-lo até em relação a problemas de Física ou Matemática, supostamente disciplinas “nobres” porque exigem raciocínio, como se raciocínio fosse atributo das “coisas” e não do “ser humano”.

A desvalorização da História não se dá somente a nível de 1º e 2º graus. Reflete-se em outros setores. Por exemplo, qual o peso da História nos vestibulares? Darei um só exemplo: o vestibular da Universidade de São Paulo, realizado pela Fuvest, no qual a História tem peso 25, contra 100 de Física nas carreiras ligadas à área de Ciências Biológicas. Evidentemente isso se explica pela maior importância de determinadas disciplinas para determinadas carreiras (o que, aliás, daria uma boa polêmica). No entanto, na área de Humanas, onde a História é a disciplina mais importante, ela nunca tem o peso 100. Alcança apenas 75.

Sobre a desvalorização da História nos vestibulares, voltarei em outro artigo. Por ora, é preciso enfatizar que, se chegou a hora e a vez de defender a História, urge lutar não só contra a implantação de Estudos Sociais, mas também contra a ideologia desvalorizadora da História, que só interessou à formação de uma sociedade dominada pelo consumismo e pela adoração das máquinas, a qual, quanto menos souber a respeito do passado, mais facilmente será manipulada através da exaltação da técnica e do desprezo pelo humanismo.

(De “Folha de São Paulo”, 23/11/1980.)

*

“A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”: UM LIVRO EXEMPLAR

José Honório Rodrigues
(Rio de Janeiro, RJ)

Possuímos no Brasil uma historiografia estadual de muito boa qualidade exemplificada nas obras de João Francisco Lisboa (Maranhão),

Tristão de Alencar Araripe (Ceará), Pizarro e Araújo (Rio de Janeiro), Baltazar da Silva Lisboa (Rio de Janeiro), Pedro Taques (São Paulo), Frei Gaspar da Madre de Deus (São Paulo), José Miguel de Brito (Santa Catarina), José Feliciano Fernandes Pinheiro (Rio Grande do Sul), Joaquim Felício dos Santos (Minas Gerais), J. M. P. de Alencastre (Goiás) e Felipe José Nogueira Coelho (Mato Grosso).

Todas elas se distinguiram pelo esforço da pesquisa e pela contribuição fatural, embora João Francisco Lisboa, Fernandes Pinheiro e Joaquim Felício dos Santos apresentassem melhor qualidade literária e uma elaboração mais refinada.

A historiografia provincial ou estadual é preferida à regional que compreende porções que, por analogia de sua natureza física, pertencem a um mesmo quadro geográfico e a uma mesma ou muito semelhante evolução histórica.

Carlos Frederico Felipe von Martius, o famoso naturalista que escreveu com João Batista von Spix a **Viagem ao Brasil** em 1823, sugeriu no seu conhecido plano “como se deve escrever a história do Brasil” que se fizesse a convergência das histórias das possessões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão e Pará, a de Pernambuco com Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; a de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro não poderia ser escrita sem a da Bahia. Era esta a primeira sugestão de história regional que se fazia em nosso país, muito antes que J. F. Turner, o grande mestre norte-americano, escrevesse o livro fundamental **The Frontier in American History** (New York, 1920).

Tinha a fronteira uma significação especial, porque era um novo campo de atividade e oportunidades que se moveu durante muito tempo, constituindo no seu conjunto uma região. A tese da fronteira serve muito bem para ajudar a compreender o movimento bandeirante, que não é estadual e, sendo regional, foi também nacional. E teve aspectos democráticos.

Uma historiografia estadual não deve esquecer as semelhanças e diferenças básicas que juntam e separam dois ou mais Estados limítrofes ou quase limítrofes.

A Província ou o Estado contém uma seção econômica, uma fronteira política, e se unifica pelas condições geográficas e sociais e também pela consciência de seus ideais e costumes e pelo sentimento da sua distinção em face das outras partes do país.

Deve-se levar sempre em conta as peculiaridades étnicas e religiosas, ou melhor, culturais, que distinguem a Província ou o Estado. A historiografia nacional não é uma soma de histórias estaduais ou regionais, assim como essas não são a soma das histórias locais. Deve-se estimular o desenvolvimento das historiografias estaduais, regionais e locais, não

porque elas, somadas, constituam a história nacional, mas porque são individualidades históricas que caracterizam a nação.

Quaisquer que sejam as limitações das histórias locais elas preservam a memória de fatos que a passagem de uma ou duas gerações havia esquecido.

O mal maior é que ela seja apenas produto de um antiquário, que veja apenas a genealogia de um proprietário rural, ou de um arquiteto de igreja. E embora todos esses interesses tenham ou possam ter seu lugar na história local, os compiladores de monumentos sepulcrais preponderam com a exclusão de quase tudo o mais. A velha escola dos cronistas paroquiais tem prestado seus serviços, mas está condenada à morte.

Muito mudou e muito mudará no tratamento da historiografia local, estadual e regional. Hoje os que nela trabalham não duvidam reconhecer que ela é uma disciplina tão ampla quanto qualquer forma de estudo histórico, exigindo uma qualificação histórica de nível superior, e uma definida clareza de propósito.

A história local ou estadual, por menor que seja a área do grupo humano que ela investiga, deve ter um valor permanente e um apelo maior que os velhos estudos possuíam. Escrever a história de um Estado exige toda a disciplina de um historiador, o treino metodológico, os princípios críticos, o exercício prático da pesquisa e sobretudo a clara consciência de seu propósito.

O sentido da história estadual

Não seria dogmático falar-se das vantagens que advêm da consciência da nossa paróquia. Tudo nasce ali, nas primeiras horas da nossa criação, no sentido da nossa aprendizagem, no amor à nossa paisagem, nas paixões humanas, no sentimento da gente que primeiro nos viu, no que se imitou, se detestou ou se admirou.

Em qualquer lugar em que tenhamos nascido é nele que nós tomamos consciência dos fatos que nos cercam, e é nele que crescemos conscientes das particularidades que nos envolveram. Nisto está o valor da história estadual. Ela está sempre conosco, estejamos ou não nela.

O paroquialismo, o regionalismo, o provincialismo é um veículo de sentimentalismo. A questão consiste em que a localidade vivendo em nós, não nos abafe nos seus limites, não nos impeça as generalizações que a vida ou a profissão nos impõe.

Há outra sociedade por fora, na qual o maculado convive com o puro, o complexo com o simples, o agora com o futuro, ou com o eterno. Estamos todos abertos às mesmas influências, as paroquiais e as gerais, mas o sentimento do meio inicial nos marca para sempre.

As diferenças regionais são inerentes à qualquer nação, desde a forma de povoamento, as etnias e seu estabelecimento, até às variedades climáticas, as estruturas geológicas e geográficas.

As diferenças essenciais de povoamento histórico, de estrutura econômica e social e de superestrutura do poder dão caráter à história estadual.

No campo as variações podem ser outras, provocadas pela propriedade da terra, pela exploração agrícola, pelos recursos naturais, pelos meios de comunicação. Tão importante quanto a diversidade das economias rurais determinada pelas diferenças regionais tem sido a diversidade da estrutura social e da terra.

Todas essas diferenças de padrões estaduais, na economia rural, nas correntes imigratórias, na evolução demográfica não exaurem a diversidade histórica da sociedade provincial.

Elas são tantas que podem bem sugerir que o Brasil não é uma comunidade simples, uma sociedade unitária, mas que pode ser legítimo considerá-lo como uma amálgama de diferentes sociedades, todas em estágios diversos de evolução, reciprocamente se influenciando, todas desenvolvendo-se à sua maneira, movendo-se para frente em períodos diferentes, de modo que coexistem sociedades velhas e novas, vigorosas e diferentes. São os vários Brasis, a que se têm referido vários autores, desde Melo Matos em 1870.

Já desenvolvi em **Aspirações Nacionais** algumas considerações sobre o tema e seu tratamento na história brasileira. Observei que somos um império, uma federação de seções, uma reunião de regiões, e que nunca houve uma evolução uniforme de desenvolvimento, nem o poder nacional foi arrebatado por uma única Província ou Estado. Fatores históricos, geográficos, econômicos, conspiram contra as igualdades regionais, e assim como o poder mundial é transitório, também é transitória a força dos Estados no Poder Nacional.

A nossa história mostra as variedades do predomínio regional e Capistrano de Abreu mostrou no começo de seus estudos como certos séculos corresponderam a predomínios de certas capitánias, províncias ou Estados.

Deve-se examinar até que ponto o provincialismo representou um papel importante na elaboração histórica do Brasil de hoje. Gilberto Freyre se manifestou contrário “a todo tradicionalismo apenas necrófilo. A todo regionalismo apenas político. A todo estadualismo. A todo o provincialismo que importasse ódio a outras províncias, em desprezo pelos valores estrangeiros, em louvor ao moderno, ao novo, ao atual, confundido sempre pelos caturras com o mau cosmopolitismo. A todo regionalismo ou

provincianismo apenas literário, apenas atitude, apenas sentimental. Onde a insistência no contato com as fontes, com o cotidiano, com o existencial, com as expressões populares da vida. E não apenas com o pitoresco dos dias de festa”.

A história da Paraíba

Não vou aqui fazer um levantamento da historiografia paraibana, que vem sendo feita e sobretudo por José Octávio, que tanto tem trabalhado pelo desenvolvimento da cultura paraibana, sua divulgação e reconhecimento nacional.

Desde o **Sumário das Armadas** de Simão Travassos (1587/1589) e da **Descrição da Capitania da Paraíba do Norte** (1798/1802), a Paraíba teve sua história, sua economia, sua geografia, seu povo, seus costumes, sua vida, sua individualidade singular esmiuçada e estudada. Não é um Estado que possa queixar-se da desatenção de seus filhos, sobretudo contando-se com o **Catálogo dos governadores e presidentes da Província da Paraíba do Norte**, pelo Tte. Cel. Frederico Carneiro de Campos e as **Notas sobre a Paraíba** (1892) de Irineu Joffily, as **Datas e notas para a História da Paraíba** (1908) de Irineu Ferreira Pinto, **A Paraíba** (1910), de João Lira Tavares, a **História da Província da Paraíba** (1912 e 2ª 1977) de Maximiano Lopes Machado, o **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba** (1914), a **Evolução histórica da Paraíba** (1946) do Coronel Delmiro Pereira de Andrade, a **História da Paraíba** (1978) de Horácio de Almeida, sem contar as monografias especializadas sobre épocas, temas, cidades, cultura, que têm surgido nestes últimos anos.

José Américo e a história da Paraíba

A Paraíba e seus problemas (1ª ed. 1923, 2ª 1937) é um livro exemplar, pela amplitude da pesquisa, pela correção metodológica, pela capacidade crítica, pela informação bibliográfica, pelo uso das fontes, e até mesmo relatórios de presidentes de província e discursos no Parlamento — o que não era usual na sua época — , pela elaboração do plano, sistemático, ordenado, orgânico, e pelo resultado obtido, frutífero, cheio de originalidade e novidades, não só fatuais, mas sobretudo interpretativas.

O livro é splendidamente bem organizado, estudando a terra, o clima, as secas, a história político-administrativa, os dois problemas básicos, as distâncias e a água, o estudo antropossocial, e o econômico. Como se vê, uma unidade orgânica perfeita que começa com o estudo da terra, da sua fisionomia, passa pelo clima, que é importante na região,

examina os acidentes, as secas, conta a história política e administrativa, estuda as distâncias e a questão da água que se liga à seca, caracteriza o povo e analisa a estrutura econômica.

É um estudo profundo, com base no conhecimento dos cronistas contemporâneos, na bibliografia contemporânea também e na da sua época, a interpretativa e a crítica.

“Não bati, propositadamente”, escreve o autor, “em hipérboles e exageros bairristas que desvirtuariam a feição da natureza do Nordeste. Deixei, ao contrário, de salientar as forças de produção de zonas aparentemente desprovidas desses recursos. Porque não há na Paraíba um só palmo de terra imprestável, como mostrarei em outra parte. Mas, sem detrimento desse plano, reservei-me a liberdade de me arredar da forma didática que tiraria todo interesse às descrições”.

O estudo das secas é valiosíssimo, cronológico, histórico, geográfico e social. Acentua a miséria que elas trazem e os sofrimentos da população. E escreveu com força: “A nossa sorte foi mais peca. A conjuntura agravava-se mais e mais, irremediavelmente, deixando ao léu a população desprotegida”, referindo-se à seca de 1888/1889.

Noutra página forte, o escritor, o historiador, o pensador político se unem para escrever essas palavras incisivas: “A angústia da síntese não me permitiu reconstituir toda a vastidão desses desastres. Se me ative, às vezes, em miudezas de interesse puramente local, para satisfazer uma curiosidade, porventura mais exigente, preteri lances expressivos e de maior sentimento histórico. De tudo se vê que a Paraíba sofreu muito, com uma resignação calada que lhe escondia as dores. Não se contam as mortes pela fome e pelos outros males consecutivos à seca, os lares destruídos, os despenhos na miséria, as forças vivas escoadas para meios inóspitos, todos os danos acumulados das repetições da calamidade”.

O crítico social, o pensador político, o historiador analista aprofunda os aspectos sociais, revela a força do povo paraibano, que como todo povo brasileiro tem dado mais ao país que o país a eles, porque uma minoria dominadora não lhe reconhece os direitos, e o despreza e marginaliza nos usufrutos dos benefícios por ele, povo, produzidos: “Sirvam, ao menos, estes delineamentos de estímulo á curiosidade dos historiôgrafos paraibanos. Essa luta do homem com as desordens do clima é a comprovação de um valor moral que deve ser assinalado em todos os seus traços de amargura e de coragem renitente”.

Na parte política ele não esconde as verdades, antes as revela, com o agudo espírito crítico e a profundidade do analista político.

As lutas contra os indígenas, os quilombos, a anexação da Paraíba a Pernambuco, decidida em 1755 e efetuada em 1757, é

relembrada e escreve essa frase que é uma condenação ao colonialismo: “E a Paraíba, ao termo de 215 anos de colonização, tinha, apenas, a história de um progresso tantas vezes construído, quantas vezes desfeito. A Paraíba ia entrar o grande século numa situação que, por assim dizer, só diferia do estado da natureza porque se achava semimorta a raça dos aborígenes e as matas virgens tinham sido destruídas pelas queimadas”.

Relembra a liberdade explodida em 1817, a independência, condena a monarquia, que não favoreceu a Paraíba, recorda a revolução da praia e outros levantes, sobretudo o quebra-quilos, hoje tão bem estudados monograficamente por Souto Maior e Geraldo Joffily e traça em poucas linhas a herança deixada pela monarquia: “A 15 de novembro de 1889 era mesquinho o espólio que nos herdava a monarquia. As linhas telegráficas, iniciadas em 1878, não tinham desenvolvimento e a via férrea Conde d’Eu, inaugurada em 1882, estava limitada a 141 quilômetros”. E chamava atenção sobre um aspecto muito importante, a então modesta contribuição paraibana à liderança nacional: “Permanecia, porém, o desvalimento crônico de nossos homens representativos”, o que se modificou muito na República, sobretudo caracterizado pelo aparecimento de homens notáveis, que muito contribuíram para a melhoria da liderança política brasileira, como o Presidente Epitácio Pessoa.

Seu capítulo sobre Distâncias e águas é, como todos, bem cimentado numa seleta bibliografia. Trata da crise dos transportes, da influência social do trem, e como nos outros capítulos não esconde a desventura dos famintos.

Agrada-me muito o capítulo antropológico pela tentativa curiosa e pioneira à sua época de descrever o caráter e a personalidade do paraibano. Para isso estudou as várias etnias que compuseram a população, os vários grupos indígenas, os africanos, a variedade da mestiçagem, e definiu o paraibano, o urbano e o sertanejo.

O caráter e a personalidade sociais estão ligados intimamente à História e José Américo de Almeida estudou as características, a índole, as virtudes do povo paraibano. Esboçou o tipo urbano, estudou as variedades rurais, advertiu sobre a função social dos engenhos, falou já àquela época da uniformidade da arquitetura da Casa Grande.

Concorda com Alberto Torres que o povo brasileiro não era preguiçoso, embora lhe negasse a faculdade de iniciativa. É dócil e disciplinado, embora seja capaz de violência. Reconheceu não haver deficiências constitucionais, no seu comportamento nas causas sociais.

Na verdade, José Américo reconheceu o esforço enorme do povo paraibano e do brasileiro em geral, na construção do Brasil feita por ele, apesar das deficiências de educação, saúde, alimentação e casa. “Esse povo tem, sobretudo, espírito próprio”, eis aí uma definição concisa e

precisa. Deu atenção cuidadosa à descrição do sertanejo e louvou-lhe o labor, o caráter, a inteligência, a assimilação, a generosidade, a hospitalidade. Defendeu o aumento da população para que o Brasil preenchesse seus espaços vazios.

Finalmente, a grande novidade do livro, sob o ponto de vista psicossocial, era e é o estudo do banditismo, que não estava então na moda, como está hoje, desde a publicação de **Bandits** de E. J. Hobsbawm (Londres, 1969) e do interesse que o assunto despertou na historiografia mundial.

Houve sempre bandidos sociais na história do Brasil, e já no período colonial os régulos, como eram então chamados, abundavam. Na história da **História do Brasil** tentei chamar atenção sobre esse aspecto da História social. Mas creio que os que precederam José Américo apenas registraram o fenômeno, enquanto este procurou estudar as causas sociopsicológicas do banditismo, do cangaceirismo, ao lado de Gustavo Barroso com seu livro **Heróis e Bandidos** (1917).

José Américo pensou que o fim da miséria, do analfabetismo, o contato social determinado pela maior comunicação social, que seria promovida pelo trem e foi aumentada pelo automóvel, liquidaria com a barbaria sertaneja.

O capítulo final é repleto de informações que servem, até hoje, para mostrar o quadro da situação econômica paraibana nos anos vinte deste século.

Este livro tem 56 anos de vida, mas ainda tem viço e força, e creio que os terá por outros muitos anos. É um livro único, singular, reflexo da individualidade incomum de seu ator, que simboliza a personalidade de seu povo, que traz no sangue as virtudes da coragem, do denodo, da confiança e da inteligência paraibana.

(Introdução à terceira edição de **A Paraíba e seus problemas** publicada pelo governo paraibano através de sua Secretaria de Educação e Cultura, em 1980; o volume traz, ainda, posfácio de Tarcisio Burity, Governador do Estado e estudos críticos de Jackson de Figueiredo e Josué de Castro, publicados pela primeira vez em 1928 e 1937, respectivamente).

*

PORTO FELIZ

Duflío Battistoni Filho
(Campinas, SP)

É lamentável que uma cidade do significado histórico de Porto Feliz, terra das Monções, não tenha ainda sido alvo de estudos sistemáticos